
Ventos de Santo Onofre I
Energias Renováveis S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 18 de março de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written over a diagonal line that crosses the signature.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A**Balço patrimonial****Em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.912	7.629	Fornecedores (Nota 10)	510	373
Contas a receber (Nota 7)	2.320	1.858	Contas a pagar – CCEE (Nota 11)	9.988	6.874
Partes relacionadas (Nota 8)	3.207	2.359	Dividendos a pagar (Nota 8)	997	997
Impostos a recuperar	262	29	Partes relacionadas (Nota 8)	14.977	14.024
Outros ativos	342	370	Obrigações fiscais e trabalhistas	582	229
Total do ativo circulante	8.043	12.245	Arrendamentos a pagar (Nota 12)	110	101
			Outros passivos (Nota 13)	8	7
			Total do passivo circulante	27.172	22.605
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 8)		1.338	Contas a pagar - CCEE (Nota 11)	6.018	4.052
Intangíveis (Nota 9)	160	168	Partes relacionadas (Nota 8)	30.892	38.828
Imobilizado (Nota 9)	103.940	107.623	Arrendamentos a pagar (Nota 12)	2.985	3.072
Total do ativo não circulante	104.100	109.129	Impostos diferidos (Nota 19)	9.556	8.192
			Provisão para desmobilização (Nota 14)	4.828	4.099
			Outros passivos (Nota 13)	2.661	2.568
			Total do passivo não circulante	53.940	60.811
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Capital social	35.406	35.406
			Reserva de lucros		2.552
			Prejuízos acumulados	(7.375)	
				28.031	37.958
Total do ativo	112.143	121.374	Total do passivo e patrimônio líquido	112.143	121.374

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações continuadas		
Receita líquida da venda de energia (Nota 16)	17.397	17.387
Custos de operação (Nota 17)	<u>(18.190)</u>	<u>(10.080)</u>
(Prejuízo) lucro bruto	(793)	7.307
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(855)	(50)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	422	5
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>(1.226)</u>	<u>7.262</u>
Despesas financeiras (Nota 18)	(7.485)	(6.984)
Receitas financeiras (Nota 18)	148	201
	<u>(7.337)</u>	<u>(6.783)</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(8.563)</u>	<u>479</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	(1.364)	(1.411)
Prejuízo do exercício	<u>(9.927)</u>	<u>(932)</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	<u>(0,28)</u>	<u>(0,03)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(9.927)	(932)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>(9.927)</u>	<u>(932)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A
Demonstração das mutações no patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Capital		Reservas de lucros			Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais		
Em 1° de janeiro de 2020	40.001	(4.595)	210	2.992	282		38.890
Prejuízo do exercício						(932)	(932)
Destinações:							
Reversão de reservas				(932)		932	
Em 31 de dezembro de 2020	40.001	(4.595)	210	2.060	282		37.958
Prejuízo do exercício						(9.927)	(9.927)
Destinações:							
Reversão de reservas			(210)	(2.060)	(282)	2.552	
Em 31 de dezembro de 2021	40.001	(4.595)				(7.375)	28.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.563)	479
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício		
Depreciação e amortização (Nota 17)	7.292	7.163
Baixas de imobilizado e intangível (Nota 9)	4.275	28
Atualização provisão para desmobilização (Nota 18)	729	770
Despesas financeiras com arrendamento (Nota 18)	239	229
Juros s/cessão de recebíveis (Nota 18)	6.466	5.933
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber de cliente	(462)	(27)
Depósitos judiciais		3
Impostos a recuperar	(233)	57
Outros ativos	28	(312)
Partes relacionadas	662	(755)
Fornecedores	137	(55)
Contas a pagar – CCEE	5.080	3.802
Obrigações fiscais e trabalhistas	353	9
Outros passivos	94	115
Caixa gerado pelas atividades operacionais	16.097	17.439
Juros pagos	(6.466)	(5.933)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.631	11.506
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e ao intangível (Nota 9)	(7.854)	(251)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.854)	(251)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas – pagamento de principal	(7.155)	(7.155)
Pagamento de arrendamentos (Nota 12)	(339)	(349)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.494)	(7.504)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.717)	3.751
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.629	3.878
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.912	7.629
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.717)	3.751

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A. – (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2013, com sede na cidade de Simões - PI, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Onofre I. A Companhia é controlada pela Ventos de São Tito Holding S.A.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia entrou em operação comercial, conforme Despacho nº 4.071, de 17 de dezembro de 2015, emitido pela ANEEL.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada MW</u>	<u>Energia Assegurada MWh/ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Onofre I	Piauí	Simões	30,0	140.160	Setembro de 2015	Setembro de 2035

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de março de 2022.

(a) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 19.129 (2020 - R\$ 10.360), devido principalmente ao saldo entre partes relacionadas impactado essencialmente pelo contrato de cessão de recebíveis entre a companhia e sua controladora Ventos de São Tito Holding devido ao modelagem de financiamento adotado junto ao BNDES/Debentures de Infraestrutura, e também devido as contas de ressarcimento(CCEE), devido ao não atingimento dos níveis de geração de energia contratadas nos últimos anos. A Companhia tem atuado fortemente para maximizar o nível de disponibilidade técnica dos ativos e desde 2020 já vem alcançando uma melhoria significativa nesse sentido.

A Companhia faz parte do Grupo Cúbico e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. A Companhia possui compromisso formal de sua controladora de prover, caso necessário, suporte financeiro para o bom andamento de suas operações.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ratifica que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

(c) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em, 5 de agosto de 2014, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de janeiro de 2016, ao preço de R\$ 128,30, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir 18 de dezembro de 2015, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

O limite contratual aceito, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado, observando-se que quando o fornecimento estiver entre 90% e 100% será aplicada uma penalidade de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de setembro do ano corrente até agosto do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.

2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras e passivo de arrendamento que são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(b) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Administração avalia os seus ativos financeiros e identificou que não existem impactos de *impairment* a serem reconhecidos, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, histórico ou expectativa de perdas.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 9, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6).

2.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 2021 e 2020, não foram identificados indicativos de perdas.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Arrendamentos operacionais

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque eólico.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 12.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Provisão para desmobilização

A Companhia reconhece provisão para desmobilização referente às obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

2.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia adota o regime de lucro real.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.13 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

Incentivo Federal

A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No ano de 2016, a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2025. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

2.14 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22

A Companhia avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

2.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras:

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o CPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem.

(b) Conta de ressarcimento–CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(c) Provisão para desmobilização

Reconhecimento da obrigação futura pelo valor justo dos custos associados ao encerramento do ativo explorado.

(d) Valor justo do passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	510		
Partes relacionadas	14.977	7.810	23.082
Arrendamentos	110	119	2.866
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	373		
Partes relacionadas	14.024	9.817	29.011
Arrendamentos	101	109	2.963

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total das obrigações partes relacionadas: (Nota 8)	45.869	52.852
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(1.912)</u>	<u>(7.629)</u>
Dívida líquida (a)	<u>43.957</u>	<u>45.223</u>
Total do patrimônio líquido	<u>28.031</u>	<u>37.958</u>
Total do capital (b)	<u>71.988</u>	<u>83.181</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	61%	54%

4.3 Gestão de risco climático

A Companhia possui uma equipe de gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.4 Estimativa do valor justo

Conforme mencionado, apenas os passivos de arrendamento estão mensurados a valor justo, demais ativos e passivos estão mensurados ao custo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	1.912	7.629
Contas a receber (Nota 7)	2.320	1.858
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>3.207</u>	<u>3.697</u>
	7.439	13.184
Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	510	373
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>45.869</u>	<u>52.852</u>
	46.379	53.225
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	<u>3.095</u>	<u>3.173</u>
	49.474	56.398

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Disponibilidades:</u>		
Fundo fixo	7	10
Bradesco S.A.	57	52
Santander S.A.	<u>33</u>	<u>864</u>
	97	926
<u>Aplicações financeiras (a):</u>		
Santander S.A.	<u>1.815</u>	<u>6.703</u>
	1.815	6.703
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>1.912</u>	<u>7.629</u>

(a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

7 Contas a receber

De acordo com o contrato de energia de reserva – CER, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia desde o primeiro quadriênio até o término do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Conforme o CER, a apuração do saldo acumulado da energia (energia faturada e o montante efetivamente disponibilizado) será feita em dois processos, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos processos serão realizados.

O saldo acumulado de energia, anualmente apurado, observará a faixa de tolerância a qual limita a geração a uma margem inferior a até 10% (dez por cento) abaixo do valor da energia contratada referente ao período considerado e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período. Sendo a geração que supere estes limites considerada fora da faixa de tolerância. Os valores a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim compostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber referente a venda de energia(a)	2.026	1.847
Outras contas a receber (b)	<u>294</u>	<u>11</u>
Total circulante	<u>2.320</u>	<u>1.858</u>

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento do parque eólico, à vencer em janeiro de 2022.
- (b) Refere-se a contas a receber junto a Gamesa decorrente de penalização por descumprimento da garantia de disponibilidade. Esses valores serão recebidos no decorrer de 2022.

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8 Partes Relacionadas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Operação</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ventos de Santa Brígida I	Nota de débito (a)		25
Ventos de Santa Brígida II	Nota de débito (a)		34
Ventos de Santa Brígida III	Nota de débito (a)		35
Ventos de Santa Brígida IV	Nota de débito (a)		34
Ventos de Santa Brígida V	Nota de débito (a)		35
Ventos de Santa Brígida VI	Nota de débito (a)		35
Ventos de Santa Brígida VII	Nota de débito (a)		38
Ventos de Santa Joana II	Nota de débito (a)	1.356	51
Ventos de Santa Joana VI	Nota de débito (a)	97	51
Ventos de Santa Joana VIII	Nota de débito (a)	97	51
Ventos de Santa Joana XIV	Nota de débito (a)	97	51
Ventos de Santo Onofre II	Nota de débito (a)	97	51
Ventos de Santo Onofre III	Nota de débito (a)	44	51
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)		39
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)		40
Eól Icarai Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)		29
Eól Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)		36
Central Eólica anto Ant. de Pádua S.A	Nota de débito (a)		25
Central Eólica São Cristóvão S.A	Nota de débito (a)		35
Central Eólica São Jorge S.A	Nota de débito (a)		33
Eol Brisa Energias Renováveis S.A	Nota de débito (a)		32
Eol Vento Energias Renováveis S.A	Nota de débito (a)		32
Eol Wind Energias Renováveis S.A	Nota de débito (a)		30
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	<u>1.419</u>	<u>1.486</u>
		<u>3.207</u>	<u>2.359</u>

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo não circulante	Operação	2021	2020
Ventos de Santo Onofre III	Nota de débito (a)		1.338
Passivo circulante	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A.	Nota de débito (a)	145	18
MS Participações Societárias S.A.	Nota de débito (a)		108
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	153	
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis	14.679	13.898
		14.977	14.024
Passivo não circulante	Operação	2021	2020
Ventos de Santa Joana II	Nota de débito (a)	1.304	1.304
Ventos de Santa Joana VIII	Nota de débito (a)	912	912
Ventos de Santa Joana XIV	Nota de débito (a)	910	910
Ventos de Santa Joana VI	Nota de débito (a)	932	932
Ventos de Santo Onofre II	Nota de débito (a)	967	967
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	25.867	33.803
		30.892	38.828
Dividendos a pagar	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A.	Dividendos (c)	997	997
Despesas financeiras	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	(6.466)	(5.933)

- (a) Refere-se a saldo credor da Companhia decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.
- (b) Refere-se a cessão de recebíveis pela controladora Ventos de São Tito Holding S.A. para a Companhia, para permitir os investimentos necessários à construção dos parques eólicos, com prazo de pagamento de 14 anos e taxa de juros de 0,31% a.m. Conforme Nota 18(a)
- (c) Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios de 2017 a 2019 e ainda não pagos

A taxa praticada entre as partes relacionadas é reduzida uma vez que os recursos captados no grupo para financiamento de longo prazo dos projetos foram obtidos perante o BNDES com taxas reduzidas, dessa forma, a administração entende que as mesmas se aproximam da realidade no contexto do grupo. Caso a natureza e origem dos recursos fosse distinta, os efeitos na posição econômico-financeira e no resultado poderia ser diferente.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários são pagos pelo acionista.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado e Intangível

	2021		2020		
	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Depreciação % a.a.
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	139.729	(40.840)	98.889	102.416	5
Bens em operação	360	(166)	194	50	10 a 20
Desmobilização	2.884	(865)	2.019	2.163	5
Direito de uso – Arrendamentos (b)	3.363	(525)	2.838	2.994	
Projetos	218	(58)	160	168	5
Total – Imobilizado e intangível	146.554	(42.454)	104.100	107.791	

- (a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedido pela ANEEL.
(b) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico, conforme informado na Nota 12.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme mencionado na Nota 2.6, a Administração da Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios de em 2021 e 2020, não identificou indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	<u>Aerogeradores e estrutura do parque eólico</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Arrendamentos (*)</u>	<u>Bens em operação</u>	<u>Projetos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>						
Em 1º de janeiro de 2020	136.122	2.884	3.094	171	212	142.483
Aquisição	221		247	27	3	498
Baixas	(28)					(28)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>136.315</u>	<u>2.884</u>	<u>3.341</u>	<u>198</u>	<u>215</u>	<u>142.953</u>
Aquisições	7.689		22	162	3	7.876
Baixas	(4.275)					(4.275)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>139.729</u>	<u>2.884</u>	<u>3.363</u>	<u>360</u>	<u>218</u>	<u>146.554</u>
<u>Depreciação</u>						
Em 1º de janeiro de 2020	(27.085)	(577)	(172)	(130)	(35)	(27.999)
Depreciação	(6.814)	(144)	(175)	(18)	(12)	(7.163)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(33.899)</u>	<u>(721)</u>	<u>(347)</u>	<u>(148)</u>	<u>(47)</u>	<u>(35.162)</u>
Depreciação	(6.941)	(144)	(178)	(18)	(11)	(7.292)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(40.840)</u>	<u>(865)</u>	<u>(525)</u>	<u>(166)</u>	<u>(58)</u>	<u>(42.454)</u>
<u>Saldo contábil, líquido</u>						
Em 31 de dezembro de 2020	<u>102.416</u>	<u>2.163</u>	<u>2.994</u>	<u>50</u>	<u>168</u>	<u>107.791</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>98.889</u>	<u>2.019</u>	<u>2.838</u>	<u>194</u>	<u>160</u>	<u>104.100</u>

(*) O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arteche Equipamentos e Sistemas	12	12
Fornecedores CUST	101	90
Brasil Assessoria e consult. Ambiental		6
Alstom Grid Energia LTDA		103
Zilmer Ineltec Construções Elétricas		21
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A		86
Bela Vista Construção e prest. de serviços	66	
MGO de Freitas	90	
Siemens Gamesa Energia Renovável	94	40
Arth Wind Services & Consulting	39	
Avanti Brasil Sistemas Eolicos	50	
Proaltitude Soluções para Trabalhos	14	
Sim Treinamentos e Consultoria LTDA	16	
Impacto Serv. De Terc. De mão de obra	13	
Outros	15	15
Total circulante	<u>510</u>	<u>373</u>

11 Contas a pagar - CCEE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia (a)	16.006	10.926
Total	<u>16.006</u>	<u>10.926</u>
Circulante	9.988	6.874
Não circulante	6.018	4.052
Total	<u>16.006</u>	<u>10.926</u>

- (a) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CER. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. No fechamento do último ano de suprimento pela CCEE ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais que são feitos em 12 parcelas não seriam realizados até uma definição por parte da Aneel sobre a questão do *constrained-off*, a Companhia manteve o valor de R\$ 8.989 (2020: 6.250) referente aos ressarcimentos não efetuados no passivo circulante.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, com prazo médio de 46 anos, o valor de direitos de uso reconhecidos no ativo imobilizado está especificado na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 26 contratos de arrendamentos e reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na Nota 2.8.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,02% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.046
Remensuração (a)	247
Juros apropriados	229
Pagamentos	(349)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.173
Remensuração (a)	22
Juros apropriados	239
Pagamentos	(339)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.095
Circulante	110
Não Circulante	2.985

(a) A Companhia revisa periodicamente os contratos de arrendamento. A remensuração ocorrida decorrente da mudança dos valores estimados para o fluxo de pagamentos futuros de acordo com a performance de geração/receita.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2021	2020
Até 12 meses	110	101
De 13 a 24 meses	119	109
De 25 a 36 meses	128	117
De 37 a 48 meses	138	127
De 49 a 60 meses	149	137
Acima de 61 meses	2.451	2.582
Total	3.095	3.173

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado com arrendamento

Impactos na demonstração do resultado	2021	2020
Despesas com depreciação e amortização	(178)	(175)
Despesas financeiras	(239)	(229)
Total - impacto na despesa líquida	(417)	(404)

13 Outros passivos

	2021	2020
Consórcios (a)	2.661	2.568
Outros	8	7
Total	2.669	2.575
Circulante	8	7
Não circulante	2.661	2.568
Total	2.669	2.575

(a) O saldo é referente a contas a pagar para o consórcio Conexão, cujo Onofre I era a líder até 2016. A expectativa de liquidação é em 2024.

14 Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 4.828 (2020: R\$ 4.099) registrada no passivo não circulante.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito é R\$ 40.001 e integralizado é R\$ 35.406 e está representado por 40.001.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Acionista	Capital	Ações	%
Ventos de São Tito Holding S.A.	40.001	40.001.000	100

(b) Aumento e redução de capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia.

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havendo, portanto, destinação de lucros.

16 Receita líquida de vendas de energia

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>		
Venda de energia (a)	18.072	18.045
<u>Impostos sobre vendas</u>		
Pis / Cofins	(675)	(658)
Total	<u>17.397</u>	<u>17.387</u>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

17 Custo operacional e despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depreciações e amortizações	(7.292)	(7.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão – CUST (a)	(1.146)	(1.064)
Apoio operacional e manutenção (b)	(8.111)	(1.053)
Gastos com pessoal (c)	(1.260)	(278)
Serviços de terceiros (d)	(519)	(204)
Despesas com seguros	(248)	(183)
Despesas de Viagens	(26)	
Despesas tributárias		(4)
Doações (e)	422	
Outras receitas		5
Despesas gerais	(443)	(181)
Total	<u>(18.623)</u>	<u>(10.125)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custos de operação	(18.190)	(10.080)
Despesas gerais e administrativas	(855)	(50)
Outras receitas operacionais	422	5
Total	<u>(18.623)</u>	<u>(10.125)</u>

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.
- (b) O incremento de custos para 2021 é decorrente dos custos com O&M de aerogeradores e consumo de sobressalentes que se iniciaram em 2021.
- (c) O incremento de gastos com pessoal é decorrente de novo critério de rateio dos gastos com pessoal em 2021.
- (d) O incremento de serviços é decorrente de novo critério de rateio dos gastos com pessoal em 2021.
- (e) Refere-se a doação de ativo imobilizado recebido na venda de empresas que, até abril de 2021, participavam do mesmo grupo econômico.

18 Receitas e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(24)	(21)
Juros de cessão de recebíveis (a)	(6.466)	(5.933)
Atualização provisão para desmobilização	(729)	(770)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(7)	(9)
Atualização financeira arrendamentos	(239)	(229)
Juros passivos	(10)	(14)
Outras despesas financeiras	(10)	(8)
Total de despesas financeiras	<u>(7.485)</u>	<u>(6.984)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	121	133
Juros ativos	2	3
Descontos recebidos	19	60
Outras receitas financeiras	6	5
Total de receitas financeiras	<u>148</u>	<u>201</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(7.337)</u>	<u>(6.783)</u>

- (a) Refere-se aos juros decorrentes do contrato de cessão de recebíveis com a Ventos de São Tito Holding S.A (Nota 8).

19 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes do IR e CS	(8.563)	479
(+) Adições (temporárias e permanentes) (i)	998	979
(-) Exclusões (temporárias e permanentes) (i)	<u>(5.196)</u>	<u>(5.198)</u>
(=) Prejuízo fiscal	(12.761)	(3.740)

- (i) Os ajustes temporários referem-se basicamente a adições de provisões e exclusões de diferenças de depreciação contábil/ fiscal

O imposto de renda e a contribuição social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se referem também ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base nas diferenças temporárias de adições e exclusões ao lucro real.

Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ajustes temporários, líquidos acumulados	28.529	24.446
IRPJ – 15% e adicional 10%	6.989	5.992
CSLL – 9%	2.567	2.200
Saldo passivo acumulado	9.556	8.192
Efeito no resultado do exercício	1.364	1.411

20 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 259.986 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos na operação.

21 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *